

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES VIGENTES SOBRE A OFERTA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Tauane Danelli Baroni¹
Tamires Caroline Arend²

Resumo: Em distintos períodos históricos, as políticas públicas voltadas para a educação vão se elaborando de forma estruturada com as mudanças nas relações de produção com as variações técnico-científicas e, simultaneamente, com as novas linguagens que vão se moldando ao processo social. No Brasil, a Língua Inglesa começou a compor o currículo educacional no século XIX e a sua inclusão acompanhou diversos movimentos da sociedade que foram responsáveis pela mudança do papel das Línguas Estrangeiras na escola. O referido estudo tem como objetivo fazer uma análise das políticas públicas educacionais brasileiras acerca da disponibilização da Língua Inglesa nas escolas, em que o foco das propostas curriculares são as justificativas e os objetivos atribuídos por esses documentos regulamentados pelo Ministério da Educação. O estudo pretende analisar como o ensino de Língua Inglesa vem, ao longo dos anos, perdendo seu espaço nas grades curriculares, além de averiguar como algumas ações governamentais e lacunas na LDB, PCN e BNCC demonstram que o ensino de idiomas ainda é visto como algo pouco significativo ou descolado dos projetos pedagógicos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Língua Inglesa. Legislação.

Introdução

O planejamento do setor público brasileiro depende da existência de políticas públicas, que são ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática os direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. Conforme Rodrigues (2010), as políticas públicas são concebidas através de um “processo, composto por um conjunto de atividades (etapas ou estágios) que visam atender às demandas e interesses da sociedade”, conciliada com a lei e que esta passa por ciclos na elaboração. O sucesso das políticas públicas depende de diversos fatores, entre esses, é fundamental o conhecimento da realidade para a definição do conteúdo e da gestão dos programas de utilidade pública. Como são direitos garantidos aos cidadãos, as políticas públicas são divididas em diversas áreas. Assim, a análise feita neste trabalho será relacionada às políticas públicas educacionais, as quais determinam, principalmente, o direito a educação.

Rememorando alguns documentos relevantes para a formação das Políticas Educacionais do nosso país, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), principal origem de implementação da educação nacional e das políticas, a qual a primeira lei foi promulgada em 1961 e a segunda em 1996. O estudo feito será sobre a LDB 9394/96, que reafirma o direito a educação prevista na Constituição Federal, e analisar a aplicabilidade na

¹ Graduada em Letras – Português, Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo. tauane.danelli@hotmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Graduada em Letras – Português, Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo. tamiearend@hotmail.com

rede pública sobre a oferta da Língua Inglesa nas escolas. Outro documento que se faz importante para o estudo da Língua Inglesa é o Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, do qual investigaremos algumas das principais propostas apresentadas.

Outro documento que está muito comentado no momento é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. O texto da BNCC foi aprovado e homologado pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017, e trouxe consigo a obrigatoriedade do inglês como idioma estrangeiro. Assim, tais documentos e políticas públicas devem salientar alguns aspectos importantes, como a oferta de escola que atenda a demanda, com um ensino de qualidade, em que a escola se demonstre flexível, tanto nas ofertas curriculares quanto em horários e dinâmicas em sala de aula, deixando claro qual o papel da escola na vida dos alunos, e contemplando ações direcionadas ao desenvolvimento de uma visão e perspectiva de futuro.

O que se espera da oferta da Língua Inglesa nas escolas públicas é que esta seja de qualidade e que englobe a todos. Para que seja cumprido com esses objetivos, os quais estão propostos pela Constituição Federal, foi publicado, então, o Plano Nacional de Educação, e sucessivamente as políticas públicas educacionais foram implementadas ao longo dos anos. Este estudo inicia-se com a apresentação dos principais documentos – LDB, PCN e BNCC – que embasam o ensino da Língua Inglesa no Brasil, desde sua implantação até o presente. Assim, será apresentada uma retrospectiva histórica da legislação educacional sobre o ensino de Língua Inglesa no ensino básico.

1 O Ensino de Língua Inglesa conforme os documentos vigentes

É relevante notar que os objetivos e metodologias no ensino de Língua Inglesa mudaram ao longo da historicidade da implantação da Língua Inglesa nas escolas. A relevância do Inglês se faz pertinente ao longo da trajetória histórica do ensino, desde os princípios da civilização até o mundo globalizado atual. É a partir do século XIX que o ensino de inglês se inicia no Brasil. A utilização do Método Clássico, também conhecido como Gramática-Tradução, era substancial para a formação da mão-de-obra. O próximo método que as escolas passaram a adotar era o Método Direto, com foco somente no vocabulário cotidiano e expressões concretas. Após alguns anos, com a ajuda da Reforma Capanema, as línguas estrangeiras tomaram forma e as aulas passaram a desenvolver as quatro habilidades (ler, escrever, ouvir e compreender) com objetivos educativos e culturais.

Atualmente, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que rege a educação no Brasil e regulamenta a estrutura da Educação no país. Com as mudanças no sistema

educacional da década de 1990, houve uma melhora na situação do ensino de línguas no país, pois a LDB/96 estabelece a necessidade de uma língua estrangeira no ensino fundamental a partir da quinta série (atual sexto ano), a qual a comunidade poderá escolher levando em consideração seu contexto social. No ensino médio é estabelecida uma língua estrangeira obrigatória e outra optativa, sendo esta segunda de acordo com as possibilidades de cada instituição. No entanto, já se reconhece a importância e o domínio da língua inglesa, tornando-a mais solícita pelas instituições. O enunciado da LDB/96, art. 1º, parágrafo 2, reitera que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996). É importante, entretanto, um entendimento de ‘mundo de trabalho’ e ‘prática social’ para que se possam esclarecer possíveis equívocos de assimilação. Destarte, pode-se compreender que a Língua Inglesa foi escolhida com o intuito de uma educação que abrange processos formativos desenvolvidos na vida familiar, social, no trabalho, nas instituições de ensino e nas organizações da sociedade civil, ansiando uma educação voltada às rápidas mudanças processadas na era digital.

Outro documento importante vigente são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que surgiram em 1999 para complementar a nova LDB. São diretrizes que orientam a elaboração dos currículos escolares, determinando as habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada disciplina. Com relação ao ensino de línguas estrangeiras os PCNs estabelecem que a inclusão de uma área no currículo deve ser definida a partir da função que desempenha na sociedade. Os PCNs salienta que a Língua Estrangeira tem um papel social importante para a formação:

[...] a disciplina Línguas Estrangeiras na escola visa a ensinar um idioma estrangeiro e, ao mesmo tempo, cumprir outros compromissos com os educandos, como, por exemplo, contribuir para a formação de indivíduos como parte de suas preocupações educacionais. (BRASIL, 2006, p.91)

Em relação à Língua Inglesa, isso demanda uma reflexão sobre o seu uso efetivo, com uma visão no enfoque social, dando base aos alunos para refletirem. Os PCNs não estabelecem metodologia específica para o ensino de Língua Inglesa, mas nas suas entrelinhas, exprime equívoco e incoerência ao minimizar as habilidades orais da língua, privilegiando o ensino de leitura em detrimento das outras habilidades tão importantes para o ensino de Língua Inglesa. Pode-se confirmar no próprio documento criado pelo MEC, o qual ratifica a má condição do ensino no país:

Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato (...). Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes. (BRASIL, 2006, p. 53)

Todavia, isso não significa que as outras habilidades não devem ser desenvolvidas em sala de aula, até porque há casos em que uma mesma atividade pode estar inserida mais de uma habilidade, assim como o próprio documento expõe que o avanço tecnológico contribui para o trabalho com as demais habilidades.

A Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, é um documento que estabelece os conhecimentos, as competências e habilidades fundamentais a serem desenvolvidos pelos alunos na Educação Básica. Na Introdução do documento, o primeiro parágrafo ressalva que há uma necessidade primordial da educação que é a formação humana:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. [...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 07)

Em relação à Língua Inglesa, a Base estabelece 88 habilidades que considera que os alunos de Ensino Fundamental devem dominar. Estas habilidades são divididas em cinco eixos: oralidade, que tem como pretensão envolver as práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa, com foco na compreensão (ou escuta) e na produção oral (ou fala); leitura, que aborda práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em Língua Inglesa; escrita, que enfatiza que o ato de escrever é também concebido como prática social e reitera a finalidade da escrita condizente com essa prática, dando oportunidade aos alunos de agir com protagonismo; conhecimentos linguísticos, alicerçado pelas práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado, articulado e a serviço das práticas de oralidade, leitura e escrita; e dimensão intercultural, que nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade moderna, estão em contínuo processo de interação.

Segundo a BNCC, o principal objetivo de se estudar inglês nos anos finais do fundamental é possibilitar aos alunos “ampliar horizontes de comunicação e de intercâmbio cultural, científico e acadêmico e, nesse sentido, abre novos percursos de acesso, construção de

conhecimentos e participação social”, priorizando, assim, o foco da função social e política da Língua Inglesa.

O objetivo norteador (...) é garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento. (BRASIL, 2017, p.63)

Porém, somente a LDB de 1996 que vai determinar a obrigatoriedade do ensino de pelo menos uma língua estrangeira no ensino Fundamental e Médio, a qual é aplicada a partir do 6º ano do ensino fundamental. Com isso, o ensino de inglês posiciona-se a partir de uma perspectiva sócio-histórico-cultural (VYGOTSKY, 1984), que demanda a prática e as situações reais de uso da língua sejam priorizadas, visando contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Nesta perspectiva, o ensino da língua inglesa deve ir além do desenvolvimento das habilidades linguísticas, ou seja, deve contribuir para formar alunos críticos e transformadores, de forma a inseri-los na sociedade como participantes ativos.

Conclusão

Através desta pesquisa, procurou-se refletir acerca dos documentos vigentes para a aplicabilidade da Língua Inglesa em sala de aula e a importância da mesma na formação do um ser social crítico e reflexivo. Ao longo da trajetória histórica dos documentos educacionais, o ensino de Língua Inglesa no Brasil vem tomando novas formas. Verifica-se que o professor possui extrema importância no processo de transformação. No cenário brasileiro, pode-se dizer que os problemas que conduzem o ensino da Língua Inglesa em muitos casos ultrapassam o âmbito da escola pública, apesar do discurso da relevância do inglês para o crescimento profissional e social dos indivíduos. No entanto, cabe salientar as dificuldades que os professores encontram e as difíceis condições de trabalho que enfrentam.

Para o componente LI, é importante a indicação didática adequada visando atingir as habilidades propostas. Os documentos correntes trazem muita contribuição para o ensino da Língua Inglesa, na teoria, como a garantia do ensino e as orientações para os professores. Porém, na prática, há divergências com relação à realidade do nosso país. É importante ressaltar que, de acordo com o que está previsto nos PCNs, muito mais do que uma aula com ensino de regras gramaticais, as aulas de Língua Inglesa podem ser extremamente ricas, à medida que abrem espaço para que o aprendiz consiga edificar sua carga cultural e linguística.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais, Códigos e suas Tecnologias, Língua Estrangeira Moderna*. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bnccversão.final.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_nacional_desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. Martins Fontes: São Paulo, 1984.